

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.490 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 2002



Waldemir Barreto

Começa exame da emenda da CPMF e governo tenta urgência

CCJ analisa, a partir de quarta-feira, a proposta que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Líderes do governo buscam convencer o PFL a concordar com tramitação em regime de urgência.

PÁGINA 3

Ministros dos Transportes e de Energia podem ser convocados

PÁGINA 4

Presidente do TRT de São Paulo depõe quarta-feira

PÁGINA 4



Célio Azevedo

CCJ é a primeira etapa de tramitação no Senado da emenda que prorroga a CPMF

José Cruz



Althoff preside a Subcomissão do Esporte, que discutirá as ligas

Em debate a criação das ligas de futebol profissional

PÁGINA 4



Jane de Araújo

Mauro Miranda: objetivo do debate é incluir o tema na agenda nacional

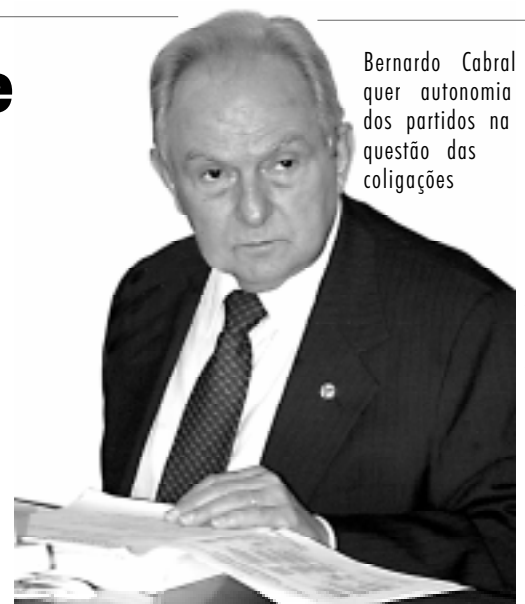
Garotinho e Popó participam de encontro sobre habitação

PÁGINA 5

Plenário decide sobre coligações e capital estrangeiro na mídia

A pauta do Senado nesta semana prevê a votação de duas propostas de emenda à Constituição. Uma delas, de autoria de Bernardo Cabral, dá aos partidos autonomia para deliberar sobre coligações, e a outra permite o ingresso de capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

PÁGINA 3



Bernardo Cabral quer autonomia dos partidos na questão das coligações

Célio Azevedo

Senado expôs livros e documentos históricos na Bienal

PÁGINA 6

Bustani explica ao Senado por que foi afastado da direção da Opaq

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ouve embaixador amanhã e analisa projeto que anula condecoração ao ex-presidente peruano Alberto Fujimori

O embaixador José Maurício Bustani comparecerá amanhã, a partir das 17h30, a audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para explicar aos senadores que pressões foram feitas pelo governo norte-americano para afastá-lo do cargo de diretor-geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas (Opaq). O requerimento para o encontro foi apresentado pelo senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ).

Em seguida, a CRE apreciará o projeto de decreto legislativo (PDL) que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori, que se encontra no Japão, foragido da Justiça peruana. A condecoração foi dada a Fujimori pelo presidente Fernando Henrique Cardoso após o final do conflito armado entre o Peru e o Equador. Também será examinado o PDL que aprova o texto do acordo sobre isenção de vistos, celebrado entre o Brasil e a Coreia.



A reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional está prevista para amanhã, a partir das 17h30



Roosevelt Pinheiro

Emilia defende suspensão por 15 anos das negociações para entrada do Brasil na Alca

Comissão do Mercosul debate entrada na Alca

A Comissão Mista do Mercosul continua amanhã, a partir das 14h30, a discussão do projeto do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que convoca plebiscito sobre a suspensão por 20 anos das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), favorável ao projeto, reduz o prazo para 15 anos e substitui o plebiscito (consulta popular prévia) por referendo (consulta popular posterior). Dessa forma, depois de negociados os termos do acordo e assi-

nado o tratado, a sociedade poderia decidir pelo ingresso ou não do Brasil na Alca.

Outro ponto da pauta da comissão, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), é o requerimento do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) para a realização de audiência pública nos estados sobre as conseqüências para o Brasil de uma possível entrada do país na Alca. Deve ser votado ainda outro requerimento de Arruda solicitando audiência para discutir a criação pelos Estados Unidos da Agência de Promoção do Comércio.

Alcântara aponta avanço na municipalização da saúde

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) relatou balanço que fez a respeito da experiência de municipalização da saúde no Brasil durante o seminário "Maracanã 2002", promovido pela Associação dos Vice-Prefeitos do Estado do Ceará.

Entre os principais pontos positivos destacados por Lúcio Alcântara, está o compromisso assumido com o setor pela maioria das prefeituras do país. De acordo com estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), citado pelo senador, mais de 80% dos municípios já gastam com saúde mais do que os 15% de recursos de fonte tributária obrigatórios.

A municipalização, disse o senador, permite a formulação de políticas de âmbito local e justifica-se pela maior racionalidade que confere à organização do sistema de saúde, uma vez que o poder de decisão encontra-se mais próximo da realidade local.

— A transferência da gestão das



Roosevelt Pinheiro

Lúcio Alcântara: mais de 80% dos municípios já gastam acima de 15% de recursos com saúde

ações e serviços de saúde para o nível municipal resultou em melhora concreta do atendimento e do acesso, com redução do volume de fraudes e irregularidades, comprovando o acerto da política de regionalização.

Alcântara destacou, porém, problemas na implantação do processo. A vigilância sanitária ainda não foi inteiramente assumida pelos municípios. E a assistência farmacêutica ainda estaria sendo oferecida de "forma amadorística" pela maioria das prefeituras.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; PLC nº 105/01, dispõe sobre o programa Grande Fronteira do Mercosul, entre outros.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 151/02, aprova o texto do Acordo sobre a Isenção de Vistos, celebrado entre o Brasil e a Coreia.; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 4/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; entre outros.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 8/01, altera a redação do inciso IV do artigo 52 da Constituição, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha seja aprovada previamente pelo Senado, por voto secreto, após arguição em sessão secreta; entre outros.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

9h — Subcomissão da Moradia e Desenvolvimento Urbano

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

11h30 — Comissão de Educação

14h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

15h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Após a ordem do dia — Subcomissão Permanente do Esporte

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado começa a examinar prorrogação da CPMF

Líderes do governo tentam convencer PFL a concordar com tramitação em regime de urgência. Geraldo Melo pretende colher assinaturas para proposta que reduz o prazo para que contribuição possa entrar em vigor

Atraso na votação pode gerar perdas de R\$ 5 bilhões

Em nove anos, a CPMF se transformou na quarta maior arrecadação federal e poderia chegar neste ano a R\$ 20 bilhões. Ela perde apenas para o Imposto de Renda das pessoas físicas e das empresas (R\$ 63,5 bilhões), para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que deve render neste ano R\$ 50,4 bilhões, e para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que fica em R\$ 22 bilhões. Pela Constituição, as contribuições ficam integralmente com o governo federal, enquanto o IR e o IPI são divididos com os estados.

Ao enviar o projeto de Orçamento de 2002 ao Congresso, o Executivo previu que terá até o dia 16 de junho uma arrecadação de CPMF de R\$ 9,7 bilhões. Deste dia até 31 de dezembro, R\$ 10,2 bilhões. Os atrasos de votação, no entanto, já comprometem até agora R\$ 3 bilhões dessa receita. Outros R\$ 2 bilhões poderão deixar de ser arrecadados se a CPMF só for cobrada novamente depois de 10 de setembro – caso a prorrogação não seja votada com urgência ou não se encontre uma forma de eliminar a carência de 90 dias para sua vigência.



O Plenário do Senado pode votar nesta quarta-feira a proposta que abre os meios de comunicação ao capital estrangeiro

Cinco propostas de emenda constitucional estão na pauta

Cinco propostas de emenda à Constituição estão na pauta do Senado para esta semana, duas delas com votação prevista para quarta-feira. São mudanças abrindo as empresas de comunicação ao capital estrangeiro e cancelando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que verticalizou as coligações partidárias.

A primeira PEC libera, até o limite de 30% das ações, a participação do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão, abrindo também a possibilidade de serem administradas por grupos empresariais.

A proposta será votada em primeiro turno, assim como PEC de Bernardo Cabral (PFL-AM) que assegura aos partidos autonomia para definir suas coligações eleitorais, sem obrigá-los a seguir, nos estados, a aliança firmada para as eleições à Presidência da República.

Amanhã o Plenário inicia a discussão de proposta de Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo. A proposta teve parecer favorável, com duas emendas, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada por Álvaro Dias (PDT-PR).

Na quarta-feira o Senado começa a discutir proposta de Roberto Saturnino (sem partido-RJ) determinando a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais. Relator da matéria na CCJ, José Agripino (PFL-RN) apresentou parecer favorável.

Na quinta-feira, o Plenário discute proposta de Osmar Dias (PDT-PR) que inclui chefes de missões diplomáticas de caráter transitório entre as autoridades cuja escolha deve ser aprovada previamente pelo Senado.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa a examinar nesta quarta-feira a proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até dezembro de 2004. Os líderes do governo estão tentando convencer o PFL a concordar com uma tramitação em regime de urgência, pois cada semana de atraso na votação reduz a arrecadação federal em R\$ 420 milhões. O PFL aceita votar favoravelmente a matéria, mas sem regime de urgência.

Nesta semana, o líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), terá novos encontros na busca de acordo com o líder do PFL, José Agripino (RN), e com o presidente do PFL, o senador licenciado Jorge Bornhausen (SC). Ao mesmo tempo, o líder do PSDB, senador Geraldo Melo (RN), pretende colher entre os senadores 27 assinaturas necessárias à apresentação de emenda constitucional que diminui de 90 para 30 dias o prazo para que uma contribuição aprovada pelo Congresso possa entrar em vigor. Caso a emenda de Geraldo Melo seja aprovada, a redução das receitas com o atraso na prorrogação da CPMF deverá diminuir bastante.

A CPMF deixará de ser cobrada a partir do dia 17 de junho. Para que



Artur da Távola mantém encontros com o líder e o presidente do PFL

não houvesse interrupção na sua cobrança – em razão do prazo de 90 dias –, a emenda deveria ter sido aprovada até 17 de março último. Já se passaram 47 dias sem sua prorrogação e, na opinião do presidente do Senado, Ramez Tebet, uma tramitação normal exigirá pelo menos mais 40 dias. Na prática, se não houver acordo de votação em urgência, a CPMF deverá deixar de ser cobrada por cerca de três meses – uma queda de aproximadamente R\$ 5 bilhões na arrecadação federal no período. Para compensar a perda, o Executivo acena com aumento na cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e cortes no Orçamento da União.

– Queremos pedir urgência, cortar interstícios e votar a matéria rapidamente. Confio muito no pa-

triotismo do PFL, até porque todos os outros partidos concordam com a urgência – afirma o líder Artur da Távola. O problema existe porque, sem a assinatura do PFL, não há acordo de lideranças para votação em urgência. Já o líder do PFL, José Agripino, garante que o partido irá tocar a matéria normalmente, “não obstruindo por entender que, para o governo, a questão da CPMF é de fundamental importância no que se refere ao equilíbrio

das contas públicas”.

Ainda assim, José Agripino sustenta que o PFL não abrirá mão do direito de apresentar emendas. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) foi o primeiro a apresentar emenda à matéria, propondo que o dinheiro da CPMF seja redistribuído entre a União, os estados e os municípios. Atualmente, os recursos ficam exclusivamente com o governo federal, para financiar programas de saúde e a Previdência Social. Da alíquota de 0,38% sobre cada movimentação financeira, 0,08% são destinados ainda ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pelo Congresso. Caso alguma emenda seja aprovada pelo Senado, a matéria terá de retornar ao exame da Câmara dos Deputados, onde já foi aprovada.

Governo busca saídas para compensar perdas

Hoje estará ultrapassado em 50 dias o prazo que o governo tinha para ver aprovada no Congresso a prorrogação da CPMF. Isso significa que a partir de 17 de junho a contribuição não poderá ser cobrada por sete semanas seguidas, gerando uma queda nas receitas federais de no mínimo R\$ 3 bilhões. Este valor só será reduzido, ou até eliminado, se o Congresso aprovar outra proposta de emenda constitucional reduzindo ou acabando com os 90 dias exigidos para vigência ou prorrogação de contribuição.

O caminho de se reduzir a noventena não é fácil e não conta com a simpatia do presidente da Câmara, deputado Aécio Neves. Para ele, não há prazo para votação da emenda constitucional da noventena até 16 de ju-

nho, último dia em que a CPMF poderá ser cobrada. Aécio lembra que, se não há acordo entre o governo e o PFL para apressar a votação da prorrogação da CPMF, também não deverá haver acordo sobre a emenda que reduz ou elimina os 90 dias de carência para cobrança de contribuições.

Além da possibilidade de se reduzir a noventena, já tramita na Câmara proposta de emenda constitucional do deputado Luciano Castro (PFL-RR) que elimina totalmente prazo de carência quando se tratar de prorrogação de uma contribuição. Este é o caso da CPMF, que foi instituída pela primeira vez em 1993, depois de longa batalha do então

ministro da Saúde Adib Jatene. Na época, ficou acertado que o dinheiro iria para a saúde, mas, ao longo dos anos, a contribuição teve percentuais alterados, assim como a destinação dos recursos. Hoje, a arrecadação é dividida entre saúde, Previdência Social e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

A PEC estabelece que a CPMF de 0,38% será cobrada até 31 de dezembro de 2003. No ano de 2004, por proposta dos partidos de oposição na Câmara, ela será de 0,08% e o dinheiro irá para o Fundo de Combate à Pobreza. Entre as novidades da CPMF, além de sua prorrogação, está a isenção da cobrança nas operações em bolsas de valores.



Infra-Estrutura examina convocação de ministros

Mauro Miranda pretende discutir as condições das rodovias federais e Roberto Saturnino quer informações sobre o Programa Energético Nacional, especialmente o andamento das obras das usinas termelétricas

Entre os 13 itens que os senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vão analisar na reunião marcada para as 15h de amanhã, constam dois requerimentos de convocação de ministros de Estado. O primeiro, apresentado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), solicita audiência pública com o ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Sousa, para tratar das condições das rodovias federais. O segundo, do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), pede a presença do ministro de Minas e Energia, Francisco Luiz Sibut Gomide, para descrever a situação do Programa Energético Nacional, especialmente o andamento das obras das usinas termelétricas.

Um terceiro requerimento, do senador Romero Jucá (PSDB-RR),



Maguito Vilela propõe fim do horário de verão no Distrito Federal, Goiás e Tocantins

propõe audiência pública com o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, para que relate as medidas de ampliação e melhoramentos nos aeroportos brasileiros com vistas ao incremento do turismo.

Dois projetos abordam a questão do horário de verão, um do Senado e outro da Câmara. O se-

nador Maguito Vilela (PMDB-GO) quer vedar a implantação do horário de verão no estado que representa, no Tocantins e no Distrito Federal. A matéria, que é terminativa na CI, recebeu voto favorável do relator, Mauro Miranda, e dois votos em separado, dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). O outro projeto define datas e regiões do país que poderão adotar o horário de verão. O relator, Eduardo Siqueira Campos, sugere a aprovação da matéria.

Constam da pauta ainda cinco projetos de lei, em caráter terminativo na CI, que alteram traçados ou nomenclaturas de rodovias federais. Dois deles recomendam a inclusão de duas novas estradas na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Patrocínio defende conferência da biodiversidade

A comunidade internacional deve estar atenta à significativa perda da diversidade biológica, que envolve aspectos sociais, econômicos, culturais e científicos, afirmou o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), ao pedir que o Brasil lidere um movimento pela convocação de conferência das Nações Unidas destinada à criação de métodos internacionais de proteção das florestas e da biodiversidade. O senador disse que as grandes multinacionais farmacêuticas, contrariadas com a possibilidade de efetuar pagamentos a título de *royalties*, têm feito pressões contra a realização da conferência.

— Ante essa dificuldade, Brasil,



Na opinião de Patrocínio, Brasil deve liderar movimento pela convocação de conferência

México, China, Peru, Colômbia e Indonésia, do recém-criado grupo de países megadiversos, que detêm 70% da diversidade biológica mundial, insistem na necessidade de que o acordo sobre biodiversidade seja modificado —

acrescentou o senador.

A intenção desses países, afirmou Patrocínio, é que os termos dos acordos contemplem, além da conservação, o uso sustentável e a divisão dos recursos. Um ponto que deve fazer parte dos fóruns internacionais diz respeito às propostas brasileiras de estabelecimento de estratégia global de conservação de plantas e de criação de corredores ecológicos em áreas de agricultura, adiantou o senador.

— Tal providência impõe-se como forma de evitar a perda de agentes polinizadores, como pássaros e insetos, incorporando métodos conservacionistas à atividade agrícola — explicou.

Audiência pública debate ligas de futebol

A Subcomissão Permanente do Esporte, presidida pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), realiza audiência pública amanhã, após a ordem do dia, com o objetivo de debater a implantação das ligas de futebol profissional.

Serão ouvidos Fábio Koff, presidente do Clube dos Treze, Alexandre Kalil, presidente do conselho deliberativo do Clube Atlético Mineiro, e Mustafá Con-

tursi, presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras.

O requerimento para a realização da audiência pública é de autoria de Althoff e do senador Luiz Otávio (PPB-PA).

A Subcomissão do Esporte funciona no âmbito da Comissão de Educação e foi criada após o encerramento da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou irregularidades no futebol brasileiro.



Luiz Otávio é um dos autores do requerimento para realização do debate

Projeto Economizar alcança resultado expressivo, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou em Plenário os resultados positivos do Projeto Economizar, do governo federal, criado em 1996 com o objetivo de racionalizar o uso de combustíveis; reduzir a emissão de fumaça, melhorando a qualidade do ar;

auxiliar o desenvolvimento do mercado de transporte e reduzir os custos com combustível e a manutenção dos veículos nas empresas.

Criado pela Petrobras, em parceria com a Confederação Nacional de Transportes (CNT), e coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, o projeto tem conseguido, segundo o senador, harmonizar os interesses dos setores público e privado, com medidas eficientes, visando à economia de combustível e à proteção ao meio ambiente.

Citando especialistas, Jucá afirmou que, com a aplicação de medidas adequadas de racionalização do consumo de combustíveis, os segmentos de transporte de carga e de passageiros têm potencial para gerar uma economia de cerca de 30%. O senador informou que as 5.500 empresas que



Jucá informa que empresas já reduziram o consumo de óleo diesel em até 14%

participam do Projeto Economizar em 21 estados brasileiros já conseguiram reduzir o consumo de óleo diesel de suas frotas em até 14%.

— Apenas para termos idéia do significado econômico e social do projeto, até 2003 estima-se que o Brasil economizará uma média de 50 mil barris/dia de óleo diesel — destacou.

O senador salientou que o projeto abrange, atualmente, uma frota de 67 mil veículos, que economizam quase 155 milhões de litros de combustível por ano, deixando a atmosfera livre de 402 mil toneladas de gás carbônico e de 8.700 toneladas anuais de particulados.

Jucá lembrou que o Projeto Economizar faz parte da estratégia nacional da política de transporte sustentada pelo Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), que já definiu metas que precisam ser atingidas nos próximos 20 anos, entre elas, o ganho de eficiência energética de 25% no uso dos derivados do petróleo e do gás natural, sem a perda de dinamismo da economia nacional.

Presidente do TRT-SP fala sobre obra superfaturada

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza audiência pública na quarta-feira, a partir das 11h30, para ouvir o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Francisco Antonio de Oliveira, sobre as obras de construção

superfaturadas do edifício do Foro Trabalhista na capital de São Paulo. A audiência foi solicitada pelo senador Wellington Roberto



Wellington Roberto pediu a realização de audiência sobre a obra do TRT paulista

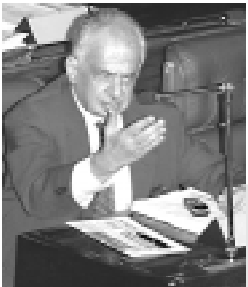
(PTB-PB). Após a audiência, a CFC ainda examinará relatórios enviados ao Senado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), referentes a auditorias realizadas em prefeituras, órgãos do governo federal e tribunais de Justiça dos estados, devido a suspeitas e denúncias de irregularidades na execução de licitações, contratos, acordos, subvenções e convênios.

CE vota classificação etária de espetáculos e programas de TV

Projeto que estabelece a classificação compulsória, por faixa etária, de todos os espetáculos públicos, incluindo os programas exibidos pelas emissoras de televisão, será votado amanhã pela Comissão de Educação (CE). A matéria, que regulamenta o artigo 220 da Constituição, tem parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

De acordo com o projeto, os programas para emissoras de televisão terão a seguinte classificação: veiculação em qualquer horário (livre); programa não recomendado para menores de 12 anos (inadequado para antes das 20h); programa não recomendado para menores de 14 anos (inadequado para antes de 21h); programa não recomendado para menores de 16 anos (inadequado para antes das 22h) e programa não recomendado para menores de 18 anos (inadequado para antes das 23h).

O objetivo do autor da proposta, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), é disciplinar a classificação por



Simon deu parecer favorável à proposta de João Alberto

meio de lei para evitar o vácuo provocado por liminar concedida pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite, em mandado de segurança proposto pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert). A liminar suspendeu os efeitos de portaria do Ministério da Justiça que estabelece a classificação etária para as diversões e espetáculos públicos. João Alberto ressalta que, enquanto o mandado de segurança não for julgado, fica suspensa a portaria.

A CE também vai examinar projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que regulamenta as atividades do profissional de turismo, cunhando a denominação de "turismólogo" para os diplomados em cursos superiores de bacharelado em Turismo ou Hotelaria ministrados por estabelecimentos brasileiros de ensino superior reconhecidos oficialmente. Com parecer favorável do senador Álvaro Dias (PDT-PR), a proposta também será apreciada em decisão terminativa.

Carlos Bezerra sugere Cadastro Nacional de Desaparecidos

Diante de levantamento que aponta o desaparecimento de 60 pessoas por dia apenas em São Paulo, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a criação de um Cadastro Nacional de Desaparecidos, mantido de forma centralizada e alimentado de modo descentralizado por todas as entidades e órgãos responsáveis pelo trato desses casos. Segundo o senador, 11 estados já mantêm esse tipo de cadastro, mas não há integração entre eles.

Carlos Bezerra informou que tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei do deputado Alberto Fraga que propõe a criação, pelo Poder Executivo, do Sistema Nacional de Informações sobre Pessoas Desaparecidas. Ele apontou ainda projetos semelhantes que tramitam no Senado, propondo a veiculação de informações sobre desaparecidos nos meios de comunicação e de transporte,



Carlos Bezerra lembra desespero das famílias de desaparecidos

com alteração inclusiva do Código Brasileiro de Telecomunicações. As propostas são da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) e do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Para Carlos Bezerra, o desaparecimento de crianças é mais grave do que o desaparecimento de adultos, pois cabe ao Estado garantir-lhes segurança e proteção, conforme o artigo 227 da Constituição. "É verdadeiramente desesperador para uma família ter uma criança sua desaparecida e não obter qualquer informação sobre seu paradeiro nem contar com os órgãos públicos para auxiliar em sua localização. Aterrador é descobrir, tempos depois, como ocorreu recentemente em São Paulo, que sua criança havia sido seqüestrada para trabalhar como escrava dentro da própria capital do estado", acentuou.

Ciclo de debates busca inserir moradia na agenda política

Promovido pela Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, evento terá, na abertura, a presença de Anthony Garotinho e Acelino "Popó" Freitas

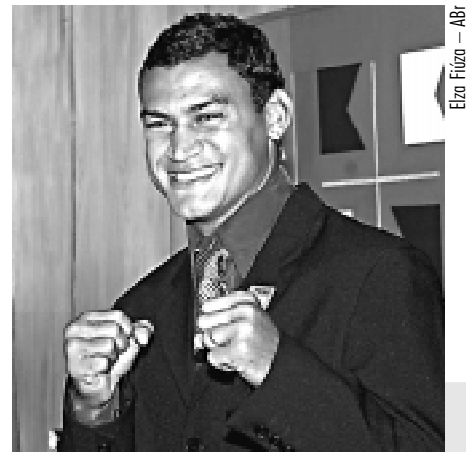
A Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano do Senado realiza, a partir de amanhã, às 9h, o ciclo de debates "Moradia - Um Sonho Possível". O primeiro encontro contará com a presença do ex-governador do Rio de Janeiro e pré-candidato à Presidência da República Anthony Garotinho.

De acordo com o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), presidente da subcomissão, todos os demais pré-candidatos à Presidência participarão do ciclo de debates, que tem por objetivo incluir o tema da moradia na agenda da política nacional e propor alternativas. Ele disse estar convicto de que os trabalhos da subcomissão poderão contribuir para re-

verter "o quadro dramático do problema habitacional de nossas cidades".

O campeão mundial de boxe Acelino "Popó" Freitas também comparecerá à abertura dos trabalhos. Conforme Mauro Miranda, ele falará sobre sua experiência como ex-morador de rua. Em depoimento que deu à revista *Veja*, Popó contou ter usado o primeiro dinheiro que recebeu de uma pequena casa para a mãe, em um bairro popular, em Salvador (BA).

Grazia de Grazia, coordenador do Fórum Nacional de Reforma Urbana, e o engenheiro Wilson



Popó, campeão mundial de boxe, narrará sua experiência como ex-morador de rua

Lang, presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), também participarão do primeiro debate.

Projeto regulamenta substitutos do leite materno

Substitutivo do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), ao projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a comercialização de substitutos do leite materno deverá ser apreciado amanhã na reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que tem início



Cândido quer novas regras para substitutos do leite materno

marcado para as 9h. A matéria trata ainda da promoção comercial e da rotulagem dos substitutos do leite e de artigos de puericultura, como mamadeiras, bicos e chupetas.

Também deverá ser analisado parecer de Geraldo Althoff favorável ao projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que assegura aos cegos e pessoas de baixa visão usuários de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal em ambientes de uso coletivo.

De acordo com o projeto, será exigida a apresentação do atestado de sanidade do animal e do registro em escola de cães-guia vinculada à Federação Internacional de Cães-Guia, além do comprovante pessoal de treinamento de usuário. Os animais terão acesso a estabelecimentos

públicos e privados de uso coletivo e a todas as modalidades de transporte interestadual e internacional com origem no território brasileiro.

A pauta de 15 itens da CAS inclui ainda substitutivo do senador Ademir Andrade (PSB-PA) ao projeto da Câmara dos Deputados que na sua versão original determinava atendimento preferencial nas instituições e unidades de saúde para marcação de consultas ambulatoriais e exames complementares aos

idosos, gestantes, portadores de deficiência física e crianças de primeira idade. No substitutivo, Ademir fez algumas alterações no texto original para adequá-lo à legislação atualmente em vigor. Sua proposta determina o atendimento prioritário para portadores de deficiência física, idosos com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactentes e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Duas mensagens presidenciais também constam da pauta da CAS. Uma delas submete à apreciação do Senado o nome de Ricardo Oliva para ser reconduzido, por três anos, ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A outra indica Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para a vaga de Luiz Felipe Moreira Lima na diretoria da Anvisa. O relator das duas mensagens é o senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Romero Jucá elogia trabalho de bombeiros

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou o trabalho dos corpos de bombeiros militares espalhados por todo o país. Ele observou que essas corporações são instituições dignas e por isso continuam a merecer o apreço e o respeito de toda a sociedade.

Jucá registrou que os corpos de bombeiros vêm exercendo, também, papel de fundamental impor-

tância na área de prevenção a incêndios, a exemplo do que ocorre no Norte do país. Na região, observou, foi criado o Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (Proarco), que, disse, vem obtendo excelentes resultados. Em sua opinião, o Proarco estabeleceu mecanismos concretos de segurança e contro-

le de queimadas.

O senador destacou ainda a atuação da Força-Tarefa para Combate a Incêndios Florestais na Amazônia Legal e o Núcleo Estratégico. Essa força-tarefa, conforme informou, tem a prerrogativa institucional de atender emergências em todo o país, cabendo à Defesa Civil o acionamento da corporação.



Ramez Tebet fará instalação dos conselhos Superior e Universitário em solenidade especial

Universidade do Legislativo será instalada dia 8

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) terá seus conselhos Superior e Universitário instalados pelo presidente do Senado Federal, Ramez Tebet, às 10h desta quarta-feira, em solenidade especial no Plenário. A Unilegis é vinculada ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e tem como principal objetivo a geração, transmissão e aplicação de conhecimento no âmbito das competências parlamentares, em especial a organização e os processos legislativos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Unilegis vai oferecer cursos presenciais e a distância, totalmente gratuitos, de pós-graduação, especialização e extensão para os funcionários do Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais do país e ainda para as pessoas que trabalham em órgãos ligados ao Tribunal de Contas da União (TCU). Posteriormente, a universidade pretende atingir os legislativos dos países latino-americanos e os de língua portuguesa.

A aula magna da Unilegis, a cargo do ex-senador e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Maurício Corrêa, será ministrada após a sessão de instalação no Plenário da Casa. Na opinião do diretor-executivo do ILB, Florian Augusto Coutinho Madruga, há uma expectativa muito grande de que a Unilegis seja um vetor positivo das atividades do Poder Legislativo, já que vai proporcionar cursos de qualidade para funcionários de todo o país.

O primeiro curso a funcionar na instituição de ensino é o de Direito Legislativo, inicialmente destinado aos servidores do Senado, da Câmara dos Deputados e do TCU. Florian Madruga explica que não haverá vestibular e que os critérios para o ingresso na Unilegis ainda não foram definidos.

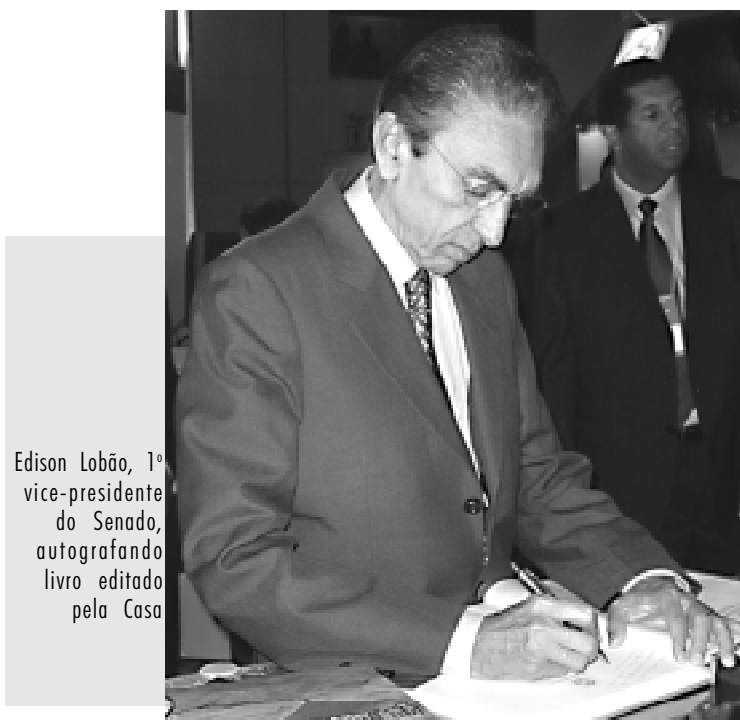
Senado divulga atividades na Bienal

Estande da Casa reuniu livros e documentos históricos, além de ter possibilitado aos visitantes a oportunidade de enviar mensagens aos senadores, por meio do serviço "A Voz do Cidadão"

Por meio do estande montado na 17ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, o Senado Federal teve a oportunidade de divulgar ao público, estimado em mais de 500 mil pessoas, suas atividades e publicações. O evento, que aconteceu no Centro de Exposições Imigrantes, na capital do estado, foi encerrado ontem.

O grande momento do Senado na bienal foi o lançamento do livro *A Constituição que Não Foi – A História da Emenda Constitucional nº 1 de 1969*, no segundo dia da feira. O 1º vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), o 1º secretário da Casa, senador Carlos Wilson (PTB-PE) e o presidente do Conselho Editorial, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), participaram do evento.

A qualidade e relevância histórica da obra, que reúne documentos inéditos sobre os primeiros momentos do regime militar, segundo o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Pedrosa, fazem dela um forte concorrente ao Prêmio Jabuti, a maior premiação do



Edison Lobão, 1º vice-presidente do Senado, autografando livro editado pela Casa

setor editorial do país, em 2003.

No mesmo dia do lançamento, Alcântara recebeu de Carlos Wilson uma placa em homenagem ao seu trabalho à frente do Conselho Editorial. Desde sua criação, em 1997, o órgão promoveu a publicação de mais de 50 livros rele-

vantes para a compreensão da história social, política e cultural do Brasil.

Além de pessoas interessadas em livros, o estande do Senado atraiu curiosos que desejavam ver documentos históricos que fazem parte do arquivo da Casa, como

as cartas de renúncia dos ex-presidentes Fernando Collor e Jânio Quadros. Os visitantes também aproveitavam para navegar pelas páginas do Senado na Internet, onde mandaram mensagens para o serviço *A Voz do Cidadão*. Muitos deles assinaram, gratuitamente, o *Jornal do Senado*.

O Senado oferece atrações diferentes aos visitantes. Dá uma contribuição à sociedade, mostrando suas publicações, informando a população sobre a instituição e seu funcionamento. Assim, as pessoas criam um vínculo com a Casa – disse o coordenador da participação do Senado em feiras do livro, Paulo Afonso Lustosa, que é diretor da Secretaria de Informação e Documentação (Sidoc).

A presença do Senado em eventos literários é uma iniciativa da 1ª Secretaria, que já programou a participação da instituição em outras quatro oportunidades, que serão realizadas em diversos estados do país, dando continuidade à política de aproximação com a população.

Público procura no estande da Casa legislação atualizada

Entre as publicações oferecidas pelo estande do Senado na 17ª Bienal de São Paulo, o público demonstrou maior interesse pela legislação aprovada ou atualizada recentemente.

Um exemplo disso é o livro que contém o novo Código Civil, sancionado em janeiro deste ano. Publicado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), o livro esgotou-se durante a Bienal.

O fato demonstra o interesse da população em ter acesso à legislação atual. O novo Código Civil substituirá a lei de 1916, que não mais se adequava ao estágio de desenvolvimento das relações privadas, empresariais e, principalmente, da organização da família.

O preço das publicações é um dos principais atrativos para o público, em especial para os profissionais de direito, que procuram o Senado para manter suas bibliotecas atualizadas. O novo Código Civil, que tem 342 páginas, é vendido por R\$ 10, e o Código de



Processo Civil, atualizado até novembro de 2001, sai por R\$ 5.

A tiragem do CD-ROM que contém o Código Civil e o Código de Processo Civil (R\$ 5) também não foi suficiente para atender o público da Grande São Paulo, tendo esgotado no sexto dia da feira.

Como acontece em eventos literários com a participação do Senado, a Constituição federal atualizada esteve entre os livros mais vendidos. Disponível em livro por R\$ 10 e em disquete por R\$ 2, a edição vendida em São Paulo traz todas as alterações aprovadas pelo Congresso até março deste ano, incluindo a emenda constitucional que restringiu a imunidade parlamentar, promulgada em dezembro de 2001.

Os livros do Conselho Editorial, que oferece obras de interesse social, cultural e político, também chamaram a atenção do público, satisfeito com novas edições de clássicos como Euclides da Cunha, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h30 – *Entrevista* – O senador Arlindo Porto fala sobre a Medidas Provisórias das dívidas rurais
8h – Comissão de Educação – *Simpósio Educação Infantil: Construindo o Presente* – Parte 11
9h30 – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade nº 11
10h – *Seminário* – Fraternalidade dos Povos Indígenas – Parte 1
11h30 – *Canal do Município* – Programa dedicado aos municípios brasileiros nº 11
12h – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos nº 10
12h30 – *Entrevista* – O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a utilização do FGTS para compra de automóveis
13h – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade nº 11
13h30 – *Cidadania* – O senador Iris Rezende e o promotor Paulo Prata fazem balanço da Comissão de Segurança
14h15 – Senado Informa – (ao vivo)
14h30 – Sessão Plenária – (ao vivo)
Logo após – Senado Informa – (ao vivo)
18h30 – Comissão de Educação – *Simpósio Educação Infantil: Construindo o Presente* – Parte 12
20h – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade nº 11
20h30 – *Entrevista* – O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a utilização do FGTS para compra de automóveis

21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h – Música e informação
7h30 – *Fala Cidadão* – Em seguida, música e informação
8h – *Senado Primeira Hora* (As principais notícias do Senado, do país e do mundo)
9h – Música e informação
13h – *Fala Cidadão* – Em seguida, música e informação
14h15 – *Senado Notícias* – Edição da Tarde
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
18h30 – *Fala Cidadão* – Em seguida, música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
20h – Música e informação
21h – *Fala Cidadão* – Em seguida, música e informação
22h – *Senado Notícias* – Edição da Noite
23h – *Vozes do Século XX* (reprise)
RÁDIO SENADO ONDAS CURTAS (Transmitindo para a Região Norte/Nordeste/Centro-Oeste e Norte de Minas na Frequência de 5990 KHz, na Faixa de 49 metros)
7h – *Revista Coisas do Brasil*
8h/23h – Transmissão em cadeia com a Rádio Senado FM

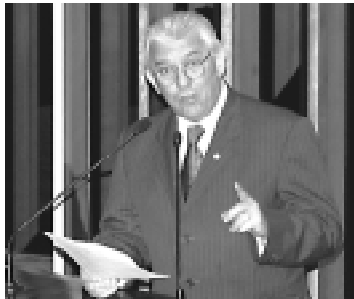
Moreira Mendes quer linha de crédito especial para café

Projeto de lei apresentado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO) propõe a criação do Programa Especial para Incentivo à Cultura do Café no estado de Rondônia. O programa tem por objetivo abrir linhas de crédito especial de custeio e comercialização, capazes de garantir aos produtores locais preços mínimos compatíveis com os custos de produção e com a importância socioeconômica do cultivo para a região. A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa, ou seja, cabe à comissão dar a última palavra do Senado sobre o assunto, a menos que haja requerimento para que a matéria seja submetida à deliberação do Plenário.

Na justificação da proposta, Moreira Mendes argumenta que, sem o esforço governamental de garantir uma política de financiamento capaz de proporcionar produção e comercialização do café compatíveis com os custos, o setor vai sofrer pesadas perdas. Dada a importância da cultura para Rondônia, o senador acredita que essas perdas vão causar grande impacto na renda e no emprego.

De acordo com informações do jornal *Gazeta Mercantil*, assinaladas por Moreira Mendes, os preços do café caíram no último 7 de março, após dois dias consecutivos de forte alta no pregão da Bolsa de Nova York. Ainda segundo o jornal, os contratos para entrega em maio foram negociados a US\$ 48,60 dólares por libra-peso, recuo de 1,9% sobre o pregão anterior.

Essa tendência de queda das cotações, segundo Moreira, afe-



Sem apoio do governo, cafeicultores terão grandes perdas, diz Moreira Mendes

ta negativamente a produção nacional, pois os exportadores brasileiros já venderam antecipadamente grande volume de café no mercado internacional, a preços baixos, e agora necessitam de recursos governamentais para financiar a colheita e a pré-comercialização da safra. Sem esse aporte de recursos governamentais para continuar com as atividades e garantir um mínimo de remuneração aos investimentos, os produtores serão muito prejudicados, especialmente os produtores da Região Norte, em sua maioria pequenos agricultores, advertiu o senador.

Ainda de acordo com a justificação do projeto, informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revelam redução nas estimativas de produção de café em Rondônia, de aproximadamente 1,9 milhão de sacas beneficiadas na temporada 2001/2002, para no máximo 1,6 milhão para a safra 2002/2003.

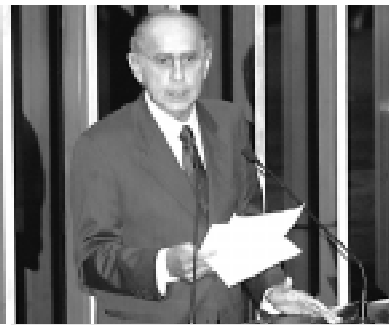
Conforme o projeto, compete aos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário determinar as normas técnicas e financeiras para o estabelecimento do Programa Especial para Incentivo à Cultura do Café.

Mauro pede medidas para conter êxodo rural no país

Citando dados da FGV, senador diz que 8,2 milhões de brasileiros trocaram o campo pelas cidades, entre os anos de 1991 e 2000

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) manifestou preocupação com o crescimento do êxodo rural no país, ao reportar-se a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) informando que 8,2 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade entre 1991 e 2000. A precariedade na oferta de serviços de infra-estrutura, financiamento e assistência técnica; a ausência de programas regulares de atendimento social à população, especialmente nas áreas de educação e saúde; além de um crônica carência alimentar foram apontados como fatores responsáveis pela expulsão do homem da zona rural.

Com a migração dos habitantes da zona rural para os centros urbanos, o país tem assistido ao envelhecimento dos trabalhadores que



Para Mauro Miranda, aplicação de investimentos pode reduzir êxodo rural

atuam na lavoura. A média de idade dos produtores rurais hoje é de 52 anos, de acordo com a pesquisa da FGV. Cerca de 45% têm mais de 55 anos e 11%, mais de 70 anos.

Segundo senador, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai iniciar, em janeiro de 2003, um censo agropecuário para aferir, entre outros dados, a

redução da população rural economicamente ativa no Brasil.

Para reverter esse quadro, o parlamentar peemedebista considera indispensável o governo federal investir em programas dirigidos à agricultura familiar, incentivando sua articulação com o setor agroindustrial. Mauro Miranda também defende o estímulo ao sistema de previdência rural, diante da importância das aposentadorias para a economia de muitos municípios pobres, além do incentivo às cooperativas de crédito.

— Esperamos que o governo invista no campo com mais coragem, pois só a aplicação de investimentos no meio rural será capaz de reduzir o êxodo rural e, conseqüentemente, reduzir a pobreza e diminuir a violência dos grandes centros — afirmou.

Embrapa precisa de mais verbas, diz Jonas

A Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), que está completando 29 anos, deve receber “não só reconhecimento e aplauso”, afirmou o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), ao pedir ao governo que destine verbas para

que a instituição desempenhe mais facilmente as suas atividades.

— A Embrapa serve-nos de exemplo de altivez. É uma empresa brasileira que trabalha para en-



Jonas Pinheiro: Embrapa procura encontrar soluções para problemas do país

contrar soluções domésticas para os nossos problemas. Foi assim que ela conquistou o cerrado inóspito e fez dele uma imensa seara, onde se planta e se colhe de tudo, e se criam animais da melhor qualidade — disse.

Para comemorar o aniversário, informou, a empresa abriu ao público, como faz todos os anos, a sua Exposição de Tecnologia Agropecuária — Ciência para a

Vida, mostrando os avanços e os benefícios que ela carrega para a agropecuária. Participaram da exposição instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras ligadas ao setor.

— A Embrapa nos dá a certeza da nossa capacidade, inventividade e persistência, qualidades que pensamos, às vezes, não possuir, porque, considerados de Terceiro Mundo, estamos acostumados a nos encurvar por causa da baixa estima que temos por nós mesmos e do exacerbado valor que damos aos produtos externos, pelo modismo de gostarmos do que é importado — frisou.

Ornélas propõe uso do FGTS para compra de microcomputadores

Com a finalidade de permitir acesso do trabalhador à Internet, Waldeck Ornélas (PFL-BA) apresentou projeto que possibilita a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de microcomputadores para uso pessoal. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em regime terminativo.

De acordo com a proposição, o trabalhador poderá usar parte dos recursos de seu FGTS, des-

de que mantenha saldo equivalente a pelo menos seis vezes o valor de sua última renda mensal. A restrição visa garantir que, em caso de demissão, o empregado tenha o suficiente para seu sustento por seis meses, pelo menos.

Segundo Waldeck Ornélas, a idéia do projeto é inserir o FGTS no esforço de inclusão digital da população, com o objetivo de ampliar a formação do trabalhador brasileiro, ao permitir seu acesso à rede mundial de compu-

tadores (Internet), facilitando a comunicação com a empresa em que trabalha e integrando-o ao processo de globalização.

Na justificação do projeto, o senador argumenta ser a informática um instrumento poderoso para melhorar a qualificação do trabalhador, permitindo a elevação do seu nível de renda e maior produtividade em suas atividades laborais, fator indispensável para elevar a competitividade global da economia brasileira.

Waldeck Ornélas afirma que, no Brasil, existem apenas dez milhões de pessoas com acesso domiciliar à Internet, a maioria com nível de renda mais elevado, das classes A e B. “É, portanto, indispensável e urgente criar mecanismos de acesso da massa da população ao microcomputador. Nesse quadro, a utilização dos recursos do FGTS poderá suprir parte da demanda dos trabalhadores por esse instrumento de trabalho”, sustenta.



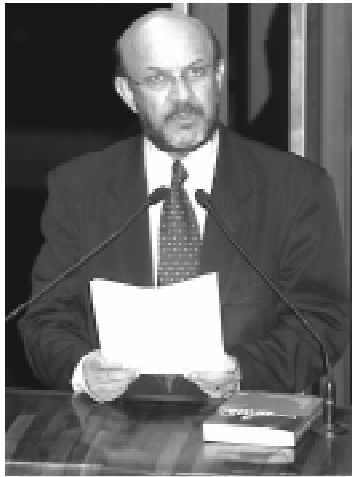
Para Ornélas, o projeto irá melhorar a qualificação do trabalhador brasileiro

Santos propõe maior acesso a sistema de crédito educativo

Três projetos de sua autoria visam criar fundo de aval, como opção à fiança; incentivar doação ao Fies; e permitir uso do FGTS para pagar empréstimo

Aperfeiçoar o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) é o que pretende o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) mediante três projetos de lei de sua autoria, em tramitação na Casa. Uma das propostas, que se encontra em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), institui um fundo de aval atrelado ao Fies, de modo a permitir que o estudante possa aderir ao programa sem a necessidade de apresentar fiador. Santos disse que a exigência de fiança tem sido um empecilho para a concessão de financiamentos, especialmente aos mais pobres.

— Espera-se que esse fundo, composto por parte dos encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos, possa simplificar e democratizar o acesso pelo estudante — afirmou o senador, salientando ainda que o fundo seria optativo, podendo ser usado pelo estudante que não de-



As propostas de iniciativa de Ricardo Santos tramitam na CAE e na CAS em caráter terminativo

seje ter fiador.

Também tramitando na CAE, outro projeto de Ricardo Santos permite a dedução junto ao Imposto de Renda de doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas ao Fies. As deduções seriam de 10% para as pessoas físicas e 5% para empresas. A ideia do senador é incentivar o patrocínio

Rosevelt Pinheiro

ao ensino universitário. Para ele, esta seria uma forma mais segura de financiamento do que a modalidade tradicional de concessão de bolsas, “freqüentemente sujeita a fraudes e distorções”.

Presidente da Comissão de Educação (CE) do Senado, Ricardo Santos também apresentou projeto, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), permitindo saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para amortizar o empréstimo.

— Dessa forma, pretende-se ampliar as oportunidades de pagamento dos financiamentos e, conseqüentemente, contornar o fantasma da inadimplência, que atormenta significativo número de estudantes — explica o senador.

Os três projetos tramitam em caráter terminativo. Se aprovados pelas comissões, irão diretamente para a Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação das matérias no Plenário do Senado.

Motorista que possuir seguro facultativo pode ser dispensado de pagar o DPVAT

Aguarda decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que dispensa o recolhimento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) a quem tiver seguro facultativo que ofereça coberturas iguais ou superiores para danos materiais causados a terceiros. Ainda será designado o relator.

Na justificação da proposta, Álvaro Dias argumenta que a constitucionalidade do seguro DPVAT “é, no mínimo, duvidosa”. Segundo ele, trata-se de um seguro disciplinado pelo direito privado, mas ao qual as pessoas aderem por imposição do poder público e não por contrato. Acrescenta que “a inadequação jurídica se completa ao exigir-se o seguro obrigatório de todos os veículos, e não apenas daqueles cujos proprietários, espontaneamente,



Constitucionalidade do seguro obrigatório é no mínimo duvidosa, argumenta Álvaro Dias

optem por não contratar seguros pessoais e patrimoniais” para darem cobertura à integridade e ao patrimônio de terceiros.

De acordo com o senador, não se justifica a dualidade de seguros, já que, “se o contrato civil de seguro é capaz de dar cobertura igual ou superior ao seguro obrigatório,

Rosevelt Pinheiro

não restará razão para manter-se a segunda modalidade, compulsória mas desprovida de consistência jurídica, caracterizada por destinação duvidosa, distanciada da sua finalidade, que não é outra senão a assistência às vítimas de trânsito”.

Na justificação do projeto, Álvaro Dias argumenta serem baixíssimos os valores das indenizações do DPVAT: R\$ 5.081,79 para óbito; R\$ 5.081,79 para invalidez permanente; e R\$ 1.524,79 para danos morais. Para o senador, “diante da evidente insuficiência dos valores pagos pelo seguro obrigatório, a que se soma a incerteza do seu recebimento e a necessidade de as vítimas ou suas famílias se anteciparem nas despesas, as estatísticas demonstram que dificilmente a vítima de trânsito é ressarcida nos patamares monetários desejáveis ou previstos, indicados para invalidez permanente ou temporária”.

Mauro defende parceria contra violência no Entorno de Brasília

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) denunciou o que considera “mentira” do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), em relação ao aumento da violência no Entorno do Distrito Federal. Segundo o senador, a situação de violência a que estão submetidos os moradores das áreas próximas a Brasília tem comprometido a qualidade de vida. Ele defendeu uma parceria entre todos os níveis de governo no combate à violência.

— Os governantes não devem nunca agir como o atual chefe do Executivo do meu estado de Goiás. Decretou, inicialmente, “tolerância zero” contra o crime e foi obrigado a recuar diante do aumento nos índices de violência. Depois, tentou ludibriar os goianos ao alardear investimentos na área da segurança, principalmente no Entorno do DF, com recursos oriundos do governo federal — observou.

Mauro disse que o governador “extrapolou todos os limites” ao espalhar uma série de outdoors por Goiânia com o intuito de promover um seminário nacional de segurança pública. A peça publicitária assegurava que, enquanto se discute a segurança nos gabinetes de Brasília, Goiás sai na



frente com soluções práticas para o problema. “Como a mentira tem pernas curtas, o último final de semana foi um dos mais violentos nos últimos meses, com o registro de dezenas de homicídios no conglomerado urbano de Goiânia e também na região do Entorno”, acrescentou.

Conforme o senador, o Executivo goiano vem gastando “abusivamente” mais de R\$ 80 milhões com propaganda, em vez de destinar parte dos recursos para investimentos em segurança. “Dessa forma, os fatos esvaziaram a propaganda enganosa de quem deveria agir com mais responsabilidade, principalmente em se tratando de um tema como a segurança pública”, afirmou.

Mozarildo quer evitar que preso fique incomunicável

Por entender que se trata de uma medida inconstitucional, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou projeto que impede a incomunicabilidade do indiciado. A matéria espera designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde

tramita em caráter terminativo. Na justificação da proposta, ele argumenta que até mesmo no estado de defesa é proibida a incomunicabilidade do preso, conforme estabelece a Constituição.

Para o senador, “se, numa situação grave de estado de defesa, a Carta Magna veda a incomunicabilidade do preso, numa situação de normalidade esta proibição deve prevalecer ainda mais”. O Código



Segundo Mozarildo, medida é vedada até no estado de defesa

José Cruz

de Processo Penal determina que “a incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir”, não podendo, em qualquer hipótese,

exceder a três dias.

Mozarildo Cavalcanti acrescenta que o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) garante ao advogado o direito de “comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis”.